



SOCIEDADE ABERTA

Perigo na administração pública (I)



Domingues Azevedo

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

A pretexto do vencimento do antigo diretor-geral dos Impostos, Paulo Macedo, atual ministro da Saúde, gerou-se à época uma onda de críticas, devido ao montante por ele auferido, correspondente à remuneração do seu posto de trabalho no BCP.

Fui uma das poucas vozes que se manifestou contra a reprovação dominante, com uma argumentação muito simples: se o banco privado que lhe pagava um vencimento elevado visava o lucro, então era porque a sua qualidade como colaborador justificava o valor pago e ainda conseguia render mais do que aquilo que recebia. Então, se gerava lucro no BCP, a sua entidade patronal, porque o não havia de repetir ao serviço da então Direção-Geral dos Impostos?

Com este raciocínio tentei dar o meu contributo no sentido de desmistificar uma ideia instalada na nossa sociedade que os colaboradores do Estado não precisam de ser os mais capazes, mas sim aqueles que, tendo sido vetados no setor privado, encontram emprego no setor público. Sei que na realidade não é assim e que há pessoas de muita qualidade e de uma enorme capacidade de sacrifício que se têm empenhado de alma e coração à causa da gestão pública.

Mas, infelizmente, aquele meu esforço não atingiu os objetivos pretendidos a breve prazo e vemos todos os dias as mais impensáveis atitudes contra os funcionários públicos, criando deles uma imagem distorcida da realidade, fazendo-os uma espécie de “vampiros” que, no silêncio cúmplice de quem governou, depauperaram a economia, sem que retribuíssem em trabalho as benesses que o ser funcionário público lhe conferia. Este é um discurso demasiado perigoso, não só pela sua essência, mas sobretudo por aquilo que omite.

Ao não motivar o funcionalismo público, rotulando-o de imerecido dos benefícios recebidos, está-se de uma forma despuorida a inverter a responsabilidade de tal facto, caso ele existisse. Na verdade, não foram os funcionários que criaram o quadro diferenciador. Este contexto já tinha raízes muito sólidas na nossa cultura e estes trabalhadores, quando muito, lutaram pelo seu aperfeiçoamento. Não há que condená-los por isso. É um direito que lhes assiste procurar as melhores soluções para os seus problemas. Já que quem tinha o comando da decisão política é que teria que introduzir um juízo valorativo sobre a concessão ou não dos benefícios.

Não nego que existiam situações que impunham um reajustamento, nomeadamente a convergência dos sistemas de reforma e descontos para os sistemas de Segurança Social. A forma como este processo tem decorrido e o modo como se comunicam as alterações pensadas ou em curso à sociedade é que são um completo desastre. A mensagem que passa não é que há desequilíbrios para compensar, mas sim que os funcionários públicos são uns malandros que andaram durante anos a fio a aproveitar-se do esforço que os outros cidadãos fizeram. Uma comunicação deste estilo, sem nexos e enviesada, facilita a criação de uma imagem completamente distorcida da realidade do funcionalismo público.

Se fosse funcionário público e tivesse dado o meu melhor pela causa, como pensam que me sentiria ao ouvir estas barbaridades? Envergonhado por ser governado por gente que não entende nada sobre como gerir o que é de todos. ■

Artigo escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico